Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS
Ata da 12ª Reunião Extraordinária da CT-PB - 21/02/2022 – às 9:00 horas
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Membros presentes	
Entidade	**Representante**
ABCON	Luiz Pannuti Carra (T)
AEAAV	Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite (T)
ANA	Osman Fernandes da Silva (S)
ASSEMAE	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
	Fernando Ribeiro Rossilho (S)
	Bruno Saccumann Miranda (S)
CDRS	Denis Herisson da Silva (T)
CETESB	Eduardo Mazzolenis de Oliveira (S)
CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico (T)
Consórcio Piraí	Roberto Mario Polga (T)
DAEE	Caroline Túbero Bacchin (T)
	Viviane M. B. de Arantes (S)
Elo Ambiental	Francisco Paulo Oliva Barijan (T)
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner (T)
P.M. de Campo Limpo Paulista	Silvia Rocha (T)
P. M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M. de Indaiatuba	Karoline Monaro (S)
	Danielle França Nery (S)
P. M. de Jundiaí	Guilherme T. N. P. de Lima (T)
P. M. de Limeira	Flavia Maise Pizani Peruzza (T)
	Tiago Bacarin Custódio (S)
SAA	Denis Herisson da Silva (T)
SABESP	Maurício Polezi (T)
	Vera Lúcia Rotger Aranha Gazal (S)
	Hélio Rubens G. Figueiredo (S)
	Nilton de Santana (S)
SANASA	Fernando Ribeiro Rosilho (S)
	Bruno Saccumann Miranda (S)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
SANEBAVI	Jaderson José Spina (T)
SEMAE	Renato Natalio Cardoso (S)
SIMA	André Luiz Sanchez Navarro (T)
SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner (T)
UNICA	André Elia Neto (T)

Membros ausentes
Entidade
AERA Amparo
AESABESP
CISBRA
CODEN
DAAE - Rio Claro
DAE Jundiaí
DAE Valinhos
Diretoria de Ensino de Bragança
IGAM
Instituto Agir Ambiental
IPÊ
IPT
P. M. de Itatiba
P.M. de Jaguariúna
P. M. de Louveira
Rotary International - D4590

Demais presentes	
Entidade	**Representante**
Agência das Bacias PCJ	Bruno Aranda
	Diogo Bernardo Pedrozo
	Eduardo Leo
	Felipe Ferreira
	Ivens Oliveira
	Patricia G. A. Barufaldi
	Rebeca Silva
	Suzana Darahen
	Tiago Georgette

(T) – Titular (S) – Suplente (R) – Representante

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 15 de fevereiro de 2022, conforme prazo regimental. **2. Abertura da 12ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias**: A abertura da 12ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, por meio da plataforma de videoconferência Google Meet, foi realizada pela Sra. Caroline Túbero Bacchin, Coordenadora da CT-PB e representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), que agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum qualificado para o início da reunião. **2. Informes**: A Sra. Caroline iniciou apresentando os informes: **a)** Discussões sobre o Projeto de Lei sobre o Marco de Infraestrutura Hídrica: a Sra. Raquel Eliana Metzner, representante do Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C), informou sobre o

Projeto de Lei nº 4.546/2021, de autoria do Poder Executivo Federal, que institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos e altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. A Sra. Raquel informou que esse projeto tem gerado receios entre os membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) por retirar importantes atribuições dos comitês e colocar em risco seu processo de financiamento e autonomia na gestão dos recursos hídricos da bacia, já que o processo de regionalização não está respeitando o recorte geográfico de bacias hidrográficas. Informou que este projeto de lei foi um dos temas discutidos na 1ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas Brasil (FNCBH), que ocorreu nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2022, no auditório do CIESP - Regional de Campinas, no município de Campinas/SP. O Sr. André Navarro, secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, complementou informando que esse tema também foi pauta de discussão na reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) realizada, por videoconferência, no dia 17 de fevereiro onde ocorreu a apresentação do projeto de lei e teve espaço para representantes de CBHs para manifestação e foram apresentados vários problemas que poderão dificultar o gerenciamento de recursos hídricos. Informou também da realização do I Fórum de Diálogos sobre Impactos na Política Nacional de Recursos Hídricos que ocorreu em 15 de fevereiro e que também houve a reflexão sobre o tema e contou com participações de representantes de membros de CBHs e promotores do Ministério Público Estadual e Federal. A Sra. Caroline agradeceu as contribuições, e informou que o material gerado na discussão da 1ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do FNCBH foi encaminhado para a coordenação e que seria reencaminhado para todos os membros da CT-PB; **b)** Pesar por falecimento: a Sra. Caroline informou sobre o falecimento do Sr. Marco Antônio Garcia de Almeida, ocorrido em 16 de fevereiro. Informou que o Sr. Garcia era engenheiro no Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) há 16 (dezesseis) anos e atuava tanto nos Comitês PCJ, como representante na Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) dos Comitês PCJ e coordenador do GT-Drenagem, além de atuar no Comitê de Bacia Hidrográfica do Sorocaba Médio Tietê (CBH-SMT), onde estava exercendo a função de secretário-executivo; **c)** Reuniões Regionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo: o Sr. André Navarro convidou a todos para participarem das reuniões regionais, que estão sendo realizadas pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA) da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA/SP), sendo que no total acontecerão nove reuniões entre os dias 18/02 e 18/03, sendo que a reunião para as Bacias PCJ será realizada no dia 16 de março, entre 8h30 e 12h30. A transmissão será por meio da plataforma do *Youtube*. A Sra. Patrícia Barufaldi, diretora técnica da Agência das Bacias PCJ, sugeriu a possibilidade de serem escolhidos alguns representantes da CT-PB para participar e acompanhar essa reunião representando a CT. A sugestão foi aprovada e a Sra. Caroline abriu para inscrição dos interessados a ser apresentada a seguir: Petrus Weel, representante das Cooperativas de Holambra, Maria Amélia Devitte Ferreira D´Azevedo Leite, representante da AEAAV, Caroline Bacchin, representante do DAEE, Michele Consolmagno, representante do CIESP-DR Bragança Paulista, Fernando Rossilho e Tarciani Santos, representantes da SANASA. A Sra. Caroline agradeceu a disposição de todos e reforçou que a reunião continua aberta para demais interessados e deu prosseguimento na pauta. **3. Apresentação do Relatório de Execução do PAP-PCJ (Cobrança Federal)**: Na sequência, a Sra. Caroline convidou o Sr. Eduardo Léo, coordenador de Sistemas de Informação da Agência PCJ, para

apresentar o Relatório de Execução do PAP-PCJ (Cobrança Federal) do ano de 2021. O Sr. Eduardo agradeceu a oportunidade e apresentou o Relatório de Execução em que explicou que essa demanda atende ao esforço de integração do Plano das Bacias PCJ 2020-2035 (PBH-PCJ), do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ (PAP-PCJ) 2020-2025 e da experiência gerada desde o primeiro PAP executado a partir de 2013. Informou que o Plano Plurianual é desdobrado no Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias PCJ (POA-PCJ), cuja primeira experiência foi executada no ano de 2021. Assim, todos esses instrumentos foram integrados e possibilitam uma abordagem com foco no atingimento das metas do PBH-PCJ. Informou também que essa execução está alinhada com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997), ao Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) nº 033/2021/ANA e às Deliberações dos Comitês PCJ nºs 345/2020 e 346/2020. Apresentou também que no âmbito da Agência PCJ, os recursos disponíveis para investimentos são desdobrados no Plano Anual de Contratação (PAC) onde está listada a dimensão operacional da Agência PCJ com o detalhamento orçamentário, as prioridades e metas contratadas e o orçamento empenhado. Informou que para 2021, os recursos previstos para arrecadação federal eram de R$13.613.062,10 (treze milhões, seiscentos e treze mil, sessenta e dois reais e dez centavos), sendo R$1.520.979,66 (um milhão, quinhentos e vinte mil, novecentos e setenta e nove reais e sessenta e seis centavos) para custeio da Agência PCJ e R$21.592.082,44 (vinte e um milhões, quinhentos e noventa e dois mil, oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) para investimentos contando tanto com recursos arrecadados para o ano, quanto de saldos remanescentes do PAP-PCJ 2017-2020. Por conta desses valores, POA-PCJ para 2021 contava com valores de receitas na ordem de R$23.113.062,12 (vinte e três milhões, cento e treze mil, sessenta e dois reais e doze centavos). O Sr. Eduardo apresentou que a etapa de planejamento envolvia três etapas: **i)** Previsto no PRH: refere-se à primeira subdivisão da etapa de planejamento para aplicação dos recursos financeiros advindos da Cobrança Federal; **ii)** Provisionado no PAP: refere-se à segunda subdivisão da etapa de planejamento para a aplicação dos recursos financeiros advindos da Cobrança Federal, mediante previsão do PRH; **iii)** Autorizado no POA: refere-se à terceira subdivisão da etapa de planejamento para a aplicação dos recursos financeiros advindos da Cobrança Federal. Remete à autorização, mediante deliberação específica dos Comitês PCJ, detalhando a realização de despesas em subações previamente provisionadas no PAP-PCJ. Já, a fase de execução fica dividida em duas etapas: **i)** Empenhado: refere-se à primeira subdivisão da etapa de execução e representa o comprometimento de recursos financeiros, pela Agência PCJ, para a execução de determinada subação, conforme autorizado no POA-PCJ; **ii)** Desembolso: refere-se à segunda subdivisão da etapa de execução. Representa a somatória dos valores liquidados e pagos, relacionados aos empenhos existentes para determinada subação. O Sr. Eduardo informou que dos R$ 23.113.062,10 (vinte e três milhões, cento e treze mil e sessenta e dois reais e dez centavos) autorizado pela Deliberação dos Comitês PCJ n° 346/2020, R$14.620.945,65 (catorze milhões, seiscentos e vinte mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) foram empenhados e R$5.928.396,00 (cinco milhões, novecentos e vinte e oito mil, trezentos e noventa e seis reais) foram efetivamente desembolsados pela Agência PCJ no ano de 2021. O Sr. Eduardo informou que a diferença entre o valor autorizado e empenhado foi majoritariamente o valor do saldo remanescente do PAP-PCJ 2017-2020 que não teve tempo suficiente para ser encaminhado em novos projetos de acordo com o PBH-PCJ. Informou que entre o empenhado e desembolsado, na conta investimento foi alcançado o índice de 37,44% (trinta e sete por cento e quarenta e quatro centésimos) e no custeio foi alcançado o índice de

95,82% (noventa e cinco por cento e oitenta e dois centésimos), dada a natureza de cada conta e a capacidade de efetivar a contratação. Assim, justificou que como o serviço é auditado e controlado por diversos órgãos de controles, as contas de investimentos demandam um tempo mais largo para autorização do pagamento, quando efetivamente, todas as condicionantes foram atendidas, além do que projetos de prazo largo tem o empenho realizado para todas as parcelas, mas o desembolso só ocorre periodicamente no atendimento do contrato. Na sequência, informou que por finalidade, os maiores recursos de investimento alocados foram, sequencialmente, nas contas "Gestão de Recursos Hídricos", "Agenda Setorial", "Apoio ao Comitê de Bacia Hidrográfica" e "Manutenção do Comitê de Bacia Hidrográfica e da Entidade Delegatária". Dos programas do PAP-PCJ, considerando o percentual efetivamente desembolsado, a sequência foi: "Manutenção e custeio administrativo da entidade delegatária", "Sistema de informações sobre recursos hídricos", "Monitoramento Hidrometeorológico", "Suporte ao funcionamento do comitê de bacia hidrográfica", "Recuperação da qualidade da água", "Cobrança pelo uso dos recursos hídricos", "Comunicação, mobilização, educação e capacitação técnica", "Proteção e conservação dos recursos hídricos", "Fiscalização dos usos de recursos hídricos" e "Gestão da demanda". Na ótica do PBH-PCJ, a execução do recurso, por Caderno do PBH-PCJ, abrangeu o desembolso de 75,41% (setenta e cinco por cento e quarenta e um centésimos) para Gerenciamento dos Recursos Hídricos; 13,4% (treze por cento e quatro décimos) para Garantia do Suprimento Hídrico; 1,04% (um por cento e quatro centésimos) para Uso da água e do solo no meio rural e Recomposição Florestal; 4,6% (quatro por cento e seis décimos) para Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias; e 5,55% (cinco por cento e cinquenta e cinco centésimos) para o Custeio da Agência PCJ. Na sequência, o Sr. Eduardo Léo apresentou algumas evidências dos recursos desembolsados e que compõe o Relatório de Execução do PAP-PCJ. O Sr. Eduardo apresentou dificuldades identificadas no processo de execução, como a pandemia de Covid-19 que dificultou processos licitatórios, contratação de serviços, alteração nas gestões municipais no início de 2021 onde muitas equipes são mudadas e demandam novos contatos e apresentações, impugnações de editais e licitações vazias e redução na disponibilidade de recursos, por necessidade de mudanças nas fontes dos recursos. Por fim, o Sr. Eduardo apresentou os desafios desse processo como a Gestão da Implementação do PBH-PCJ, por meio de processos de internalização nas outras instituições, divulgação, mobilização e prioridades locacionais, a revisão do PAP-PCJ com a suplementação de arrecadação, por conta da liberação do recurso incontroverso que foi liberado pela Justiça em ação movida pela Sabesp de questionamentos de método de cobrança pelo uso dos recurso hídricos de Domínio Federal e o remanejamento do POA-PCJ para 2022. A Sra. Caroline agradeceu a explanação e abriu para dúvidas e considerações dos membros. O Sr. Roberto Polga, representante do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Piraí (Consórcio Piraí), questionou sobre os investimentos realizados pela Secretaria Executiva. O Sr. Ivens Oliveira, diretor administrativo e financeiro da Agência PCJ, informou que os recursos foram usados para transmissão de eventos *online* e reuniões dos Comitês PCJ e da gerenciadora que acompanha e presta apoio operacional aos Comitês PCJ na Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos (CASGRH) da Agência PCJ. O Sr. Petrus Weel, representante das Cooperativas de Holambra, questionou sobre as dificuldades de desembolso nas ações de Proteção aos Mananciais. O Sr. Eduardo Léo informou que houve problema com mobilizações de produtores para adesão às ações e também para ações de intervenção de campo, por conta da pandemia de Covid-19 e

também pelas demandas de restabelecimento de contatos com equipes municipais depois da troca de governo no ano de 2021. A Sra. Patrícia Barufaldi, diretora técnica da Agência PCJ, reforçou que recursos não aplicados no ano de 2021 foram realocados para nova disponibilização por editais nos outros anos. O Sr. Eduardo Mazolenis, representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), questionou se o Relatório propõe estratégias para enfrentar os desafios ou se isto sairá da discussão dos Comitês PCJ ou CT-PB. Questionou também como fica o planejamento dos recursos FEHIDRO dentro de um planejamento geral de recursos dos Comitês PCJ, considerando os procedimentos da cobrança federal. O Sr. Eduardo Léo respondeu que o maior desafio fica na reestruturação do PAP-PCJ com os novos recursos disponibilizados pela liberação do incontroverso. Quanto aos recursos, informou que o desembolso do recurso do FEHIDRO está regulamentado no Plano de Aplicação e Plano de Investimentos (PA/PI) que agrega também as outras fontes de recursos, inclusive os da Cobrança Federal e estão contidos também nos Relatório de Situação do CBH-PCJ. O Sr. Guilherme Theodoro Nascimento Pereira de Lima, representante da Prefeitura de Jundiaí/SP, questionou sobre a possibilidade de contratação de uma empresa de elaboração de projetos para auxiliar os municípios. A Sra. Patrícia respondeu que não há essa possibilidade dentre os Programas existentes para investimentos, mas que há a possibilidade do município captar recurso para instalação de uma Unidade Gestora de Projeto (UGP) que servirá de apoio técnico para a mobilização e implantação dos projetos, dentro das ações da Política de Proteção aos Mananciais. A Sra. Maria Amelia Leite, representante da Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Valinhos (AEAAV), questionou sobre como apoiar os municípios para internalizar e se organizar para a implementação das ações e uso dos recursos disponíveis para investimentos. A Sra. Caroline informou que a rodada de Oficinas programadas para discutir a implementação das ações do PBH-PCJ junto aos representantes das Prefeituras das Bacias PCJ pode ser um interessante primeiro passo. A Sra. Vera Lúcia Gazal, representante da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), reforçou sobre a importância dos municípios considerarem o PBH no Plano Diretor na estrutura do uso e ocupação do solo. O Sr. Michele Consolmagno, representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP-DR Bragança Paulista), comentou sobre a dificuldade que muitos municípios de pequeno porte encontram em manter equipes técnicas capacitadas e estáveis em seus quadros para atuação em ações técnicas como essa. A Sra. Caroline agradeceu a participação e contribuição de todos e colocou em votação a aprovação do Relatório de Execução do PAP-PCJ (Cobrança Federal) do ano de 2021, sendo aprovado por unanimidade. Assim, a Sra. Caroline informou que será elaborado um ofício da CT-PB informando aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ sobre a aprovação para ser apreciada em sua próxima reunião ordinária a ser realizada no dia 04/03/2022. **4. Encerramento**: Foi passada a palavra aos presentes e não havendo manifestações, a Sra Caroline Túbero Bacchin, coordenadora da CT-PB deu por encerrada a reunião.

Caroline Túbero Bacchin
Coordenadora da CT-PB

Raquel Eliana Metzner
Coordenadora-adjunta da CT-PB